

## Qual é a aposta na reta final do mandato?

Rogério L. Furquim Werneck\*

Em qualquer governo, há boas razões para que as eleições municipais sejam consideradas o verdadeiro divisor de águas que separa em dois o mandato presidencial. No governo Lula isso parece mais claro do que nunca. A polarização e o acirramento de ânimos que vai marcando a disputa do segundo turno não deixam espaço para dúvidas. Mal findas as eleições municipais, já será hora de pensar em 2006. Tudo indica que o governo vai viver cada dia dos próximos 24 meses com olhos fixos na eleição presidencial. Tal constatação, por acaciana que possa ser, é útil para pôr em perspectiva correta dilemas de política econômica com que se deverá debater o governo Lula, na segunda metade de seu mandato.

Que jogo será jogado? A aposta mais segura é um tanto óbvia. Dar continuidade à política macroeconômica e, na medida do possível, correr atrás dos muitos entraves que ainda empanam a promessa de crescimento duradouro. Se mostrar empenho nessa agenda e puder contar com ambiente externo minimamente razoável, é bem possível que Lula chegue ao final do mandato podendo ostentar três anos sucessivos de prosperidade inequívoca, com expansão do PIB a 4%, inflação baixa, quadro fiscal sustentável e contas externas sob controle. Não é pouco. Bem mais do que qualquer um de seus antecessores pôde entregar nos últimos 25 anos.

Dito assim parece fácil. E a verdade é que, a essa altura, tão difícil não é. Sempre e quando o governo consiga não abandonar o trilho da coerência macroeconômica e entender que 24 meses não é nada. Já não lhe resta muito tempo, se de fato quer desemperrar os investimentos capazes de ampliar capacidade e dar horizonte às possibilidades de crescimento da economia. Já não dá mais para continuar a tratar a reestruturação do setor elétrico como manto de Penélope. Já não há como empurrar com a barriga a montagem de agências reguladoras independentes e um aparato regulatório crível, com regras que façam sentido. Já não é mais possível prolongar a complacência com as reinações que vêm pautando a política ambiental e com os delírios, agora bolivarianos, do BNDES. Já não há mais espaço para que o governo continue festejando a elevação de carga tributária, agora bem evidenciada pelo crescimento real da receita federal de quase 12%, nos primeiros nove meses deste ano.

Para que o governo bote ordem na casa, vai ser preciso bem mais do que senso de urgência. O Planalto terá de decidir se quer mesmo continuar levando para dentro do governo toda a biodiversidade política que hoje se observa no âmbito do PT e do resto da coalizão governista. É hora de perceber que, na segunda metade do mandato, os custos de preservação de visões flagrantemente conflitantes sobre questões cruciais, dentro do governo, poderão se tornar proibitivos.

Quanto a não abandonar o trilho da coerência macroeconômica, o grande risco é a possibilidade de que a cúpula do governo afinal se fascine por um dos tantos mercadores de ilusões que, da esquerda à direita do espectro político, estão sempre prontos a defender passes de mágica que tornam desnecessárias escolhas difíceis. Matraqueiam que crescer a 4% é medíocre. Que o presidente se apequena. Que o governo se amesquinha. Que é possível fazer a economia crescer a taxas bem mais altas. E que expansão mais rápida asseguraria recursos fiscais mais fartos para levar adiante com mais ousadia a ampla agenda de política social do PT.

No fundo, são só boas receitas de descarrilhamento. Mas que fascinam muita gente. No governo há quem tema que a aposta segura, por viável que possa ser, gere resultados insuficientes para permitir ao PT enfrentar com segurança o embate eleitoral de 2006. Mas há também quem se pergunte, na Esplanada, se vale tanto a pena passar mais dois anos administrando penúrias em um ministério e acabar saindo tão mal na foto, se o governo de fato ganhar a eleição em 2006. Os mágicos pelo menos prometem fartura.

Só daqui a alguns meses se saberá ao certo que aposta afinal terá feito o governo para tirar o melhor proveito do período que lhe falta. Se terão prevalecido os que antevêm que a continuidade da política macroeconômica atual é a chave para um segundo mandato, ou se terão preponderado os que acham que chegou o momento de abandonar o excesso de prudência e “ir com tudo”. Mesmo que não se saiba bem para onde.

É claro que, para o País, há muito mais em jogo do que possivelmente será levado em conta nessa escolha de que caminho seguir. Cruzem os dedos. E boa sorte.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.